

MEC combate reserva de mercado

ELIANA LUCENA

BRASÍLIA - O Conselho Nacional de Educação (CNE) vai baixar no mês que vem regras para impedir a discriminação de alunos na seleção para o ensino superior. O Conselho, segundo o presidente da Câmara de Ensino Superior, Éfrem Maranhão, recebeu denúncias de que instituições de ensino médio do Rio de Janeiro e de São Paulo estariam firmando convênios com universidades para garantir a admissão automática de alunos que se formam nessas escolas nos cursos superiores. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovada em dezembro de 96, acabou com a obrigatoriedade do vestibular, como única forma de acesso à universidade.

“Este tipo de atitude fere o princípio de igualdade de oportunidades estabelecido na Constituição”, reforça o secretário de Ensino Superior do Ministério da Educação, Abílio Baeta Neves. Segundo o secretário, a LDB abriu alternativas de acesso ao ensino superior, mas cabe ao MEC impedir qualquer tipo de “reserva de mercado com a justificativa de qualificar o ensino superior”. Algumas instituições, segundo Baeta Neves, estariam interessadas em reservar vagas para alunos vindos de escolas com ensino considerado de alto nível.

Entre as formas de ingresso que começam a funcionar a partir de 99, está o exame seriado, que prevê a seleção de alunos ao longo do segundo grau, garantindo vagas para os melhores coloca-

dos. Segundo o representante do CNE, Éfrem Maranhão, esta alternativa só será aceita pelo Conselho se as universidades aumentarem o número de vagas para receber estes alunos.

É o caso da Universidade de Brasília (UnB), que aplicou o Programa de Avaliação Seriada (PAS) nos últimos três anos, abrindo inscrição para os alunos das escolas públicas e particulares no Distrito Federal. Antecipando-se às normas do CNE, a UnB ampliou as vagas para o ano que vem. O restante das vagas continuará sendo disputada através do vestibular convencional.

Os critérios para o ingresso no ensino superior serão aprovados na reunião do Conselho na primeira semana de novembro. As medidas aprovadas deverão ser ho-

mologadas pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza.

Entre os processos de seleção que já podem ser utilizados para acesso ao ensino superior, está o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEN), que foi aplicado pela primeira vez pelo MEC este ano. O 1º ENEN, realizado em agosto, foi oferecido em todas as capitais e em 178 municípios.

O exame teve caráter optativo. Os formandos do segundo grau pagaram uma taxa de R\$ 20. Algumas universidades deverão utilizar os resultados do exame como um dos critérios de seleção em 99, como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). A Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) estuda a utilização do ENEN no ano 2000.